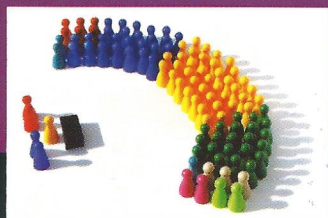


# Comunicação e democracia

Problemas & perspectivas

Wilson Gomes  
Rousiley C. M. Maia



  
PAULUS

As relações entre a comunicação de massa e os processos políticos democráticos, já examinadas recentemente, no panorama internacional, por um considerável número de autores, não obtiveram ainda o mesmo espaço na literatura brasileira. Ultimamente, as questões relacionadas às ligações entre política e novos meios de comunicação, particularmente a internet, atraem muitos pesquisadores, sobretudo os mais jovens. Salvo poucas exceções, problemas atinentes à comunicação e à democracia nunca receberam tamanha atenção.

comunic  
ação



## COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA

... a comunicação é um processo social, que se desenvolve no contexto das relações humanas. Ela é essencial para a construção da identidade individual e coletiva, e para a realização da cidadania. A comunicação é, portanto, um elemento fundamental para a democracia, pois é através dela que os cidadãos podem expressar suas opiniões, participar das decisões e exercer seus direitos.

... a comunicação é um processo social, que se desenvolve no contexto das relações humanas. Ela é essencial para a construção da identidade individual e coletiva, e para a realização da cidadania. A comunicação é, portanto, um elemento fundamental para a democracia, pois é através dela que os cidadãos podem expressar suas opiniões, participar das decisões e exercer seus direitos.

... a comunicação é um processo social, que se desenvolve no contexto das relações humanas. Ela é essencial para a construção da identidade individual e coletiva, e para a realização da cidadania. A comunicação é, portanto, um elemento fundamental para a democracia, pois é através dela que os cidadãos podem expressar suas opiniões, participar das decisões e exercer seus direitos.

... a comunicação é um processo social, que se desenvolve no contexto das relações humanas. Ela é essencial para a construção da identidade individual e coletiva, e para a realização da cidadania. A comunicação é, portanto, um elemento fundamental para a democracia, pois é através dela que os cidadãos podem expressar suas opiniões, participar das decisões e exercer seus direitos.

... a comunicação é um processo social, que se desenvolve no contexto das relações humanas. Ela é essencial para a construção da identidade individual e coletiva, e para a realização da cidadania. A comunicação é, portanto, um elemento fundamental para a democracia, pois é através dela que os cidadãos podem expressar suas opiniões, participar das decisões e exercer seus direitos.

## COLEÇÃO COMUNICAÇÃO

- *História do pensamento comunicacional – Cenários e personagens*, José Marques de Melo
- *Mídia e poder simbólico – Um ensaio sobre comunicação e campo religioso*, Luis Mauro Sá Martino
- *A produção social da loucura*, Ciro Marcondes Filho
- *O habitus na comunicação*, Clóvis de Barros Filho e Luis Mauro Sá Martino
- *Culturas e artes do pós-humano – Da cultura das mídias à cibercultura*, Lucia Santaella
- *A esfinge midiática*, José Marques de Melo
- *Transformações da política na era da comunicação de massa*, Wilson Gomes
- *Corpo e comunicação – Sintoma da cultura*, Lucia Santaella
- *Navegar no ciberespaço – O perfil cognitivo do leitor imersivo*, Lucia Santaella
- *Mídia e terror: Comunicação e violência política*, Jacques A. Wainberg
- *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*, Valério Cruz Brittos / César Ricardo Siqueira Bolaño (orgs.)
- *Mídia controlada: A história da censura no Brasil e no mundo*, Sérgio Mattos
- *Comunicação e Cultura das minorias*, Raquel Paiva / Alexandre Barbalho (orgs.)
- *A realidade dos meios de comunicação*, Niklas Luhmann
- *Jornalismo: comunicação, literatura e compromisso social*, Carlos Alberto Vicchiatti
- *A sociedade enfrenta sua mídia: Dispositivos sociais de crítica midiática*, José Luiz Braga
- *É preciso salvar a comunicação*, Dominique Wolton
- *Teoria do jornalismo: Identidades brasileiras*, José Marques de Melo
- *Comunicação e sociedade do espetáculo*, Valdir José de Castro / Cláudio Novaes Coelho
- *O signo da relação*, Cremilda Celeste de Araújo Medina
- *O sujeito na tela: Modos de enunciação no cinema e no ciberespaço*, Arlindo Machado
- *A dromocracia cibercultural – Lógica da vida humana na civilização mediática avançada*, Eugênio Trivinho
- *A televisão brasileira na era digital – Exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes*, César Ricardo Siqueira Bolaño / Valério Cruz Brittos
- *Ética e comunicação organizacional*, Clóvis de Barros Filho (org.)
- *Políticas de comunicação: Buscas teóricas e práticas*, Murilo César Ramos / Suzy dos Santos (orgs.)
- *Mídia e movimentos sociais: Linguagem e coletivos em ação*, Jairo Ferreira / Eduardo Vizer (orgs.)
- *Linguagens líquidas na era da mobilidade*, Lucia Santaella
- *Mídia e cultura popular: História, Taxionomia e Metodologia da Folkcomunicação*, José Marques de Melo
- *Comunicação e inovação: Reflexões contemporânea*, Mônica Pegurer Caprino (org.)
- *Comunicação e democracia: Problemas & Perspectivas*, Wilson Gomes / Rousiley C. M. Maia
- *Midiatização e processos sociais na América Latina*, Antônio Fausto Neto / Pedro Gilberto Gomes / José Luiz Braga / Jairo Ferreira (orgs.)

## COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA Problemas & Perspectivas

Wilson Gomes e Rousiley C. M. Maia



Copyright © Paulus 2008

**Direção editorial**  
Claudio Avelino dos Santos

**Coordenação editorial**  
Valdir José de Castro

**Imagem da capa**  
SXC

**Editoração**  
PAULUS

**Impressão e acabamento**  
PAULUS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gomes, Wilson  
Comunicação e democracia: Problemas & perspectiva / Wilson Gomes, Rousiley C. M. Maia — São Paulo: Paulus, 2008. — (Coleção Comunicação)

**Bibliografia.**  
ISBN 978-85-349-2797-0

1. Comunicação – Aspectos políticos 2. Comunicação de massa – Aspectos sociais 3. Democracia 4. Sociologia política I. Maia, Rousiley C. M. II. Título. III. Série.

08-02288

CDD-302.23

Índices para catálogo sistemático:

1. Comunicação de massa e política: Ciências Sociais 302.23

© PAULUS – 2008

Rua Francisco Cruz, 229  
04117-091 – São Paulo (Brasil)  
Tel.: (11) 5087-3700 – Fax: (11) 5579-3627  
www.paulus.com.br  
editorial@paulus.com.br

ISBN 978-85-349-2797-0

## Sumário

PREFÁCIO.....	11
<b>PARTE I</b>	
<b>ESFERA PÚBLICA POLÍTICA.....</b>	<b>29</b>
1. ESFERA PÚBLICA POLÍTICA E COMUNICAÇÃO EM MUDANÇA ESTRUTURAL DA ESFERA PÚBLICA DE JÜRGEN HABERMAS Wilson Gomes.....	31
1. A IDÉIA DE ESFERA PÚBLICA.....	31
Expressões, formações sociais e modelos ideológicos.....	31
O modelo da esfera pública burguesa.....	35
Esfera pública e formação da opinião pública.....	41
2. O QUADRO SOCIAL DA ESFERA PÚBLICA.....	42
3. A DEGRADAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA.....	45
A dissolução das esferas.....	45
A esfera pública dominada pelos meios e cultura de massa.....	48
A nova opinião pública.....	52
4. DISCUTINDO O CONCEITO DE ESFERA PÚBLICA.....	56

O requisito da discussão .....	57
Mudança estrutural como linha de defesa .....	61
Culpa da comunicação ou da representação? .....	63
<b>2. ESFERA PÚBLICA POLÍTICA E COMUNICAÇÃO</b>	
<b>EM DIREITO E DEMOCRACIA DE JÜRGEN HABERMAS</b>	
Wilson Gomes .....	69
<b>1. A FORMAÇÃO DA OPINIÃO E DA VONTADE PÚBLICAS</b>	
<b>EM DIREITO E DEMOCRACIA .....</b>	<b>70</b>
Das formas de produção da opinião e da vontade .....	73
A formação discursiva da opinião e da vontade, entre os modelos liberal e republicano .....	75
<b>2. EM BUSCA DO CONCEITO DE ESFERA PÚBLICA POLÍTICA .....</b>	<b>81</b>
Um diagrama no caminho .....	82
Comunicação, redes, sensores, ressonâncias .....	85
Esfera pública e agir comunicativo .....	88
Rumo à abstração .....	91
A esfera pública como meio de produção da opinião pública .....	93
Esfera pública e público .....	97
Esfera pública, esfera privada, sociedade civil .....	99
A influência entre sistema político e esfera pública .....	103
<b>3. DISCUTINDO A NOÇÃO DE ESFERA PÚBLICA POLÍTICA</b>	
<b>DE DIREITO E DEMOCRACIA .....</b>	<b>105</b>
Por um lugar para o lobo hobbesiano .....	107
Que opinião pública? .....	112
<b>3. DA DISCUSSÃO À VISIBILIDADE</b>	
Wilson Gomes .....	117
<b>1. CARACTERÍSTICAS DA ESFERA PÚBLICA .....</b>	<b>117</b>
<b>2. POSSIBILIDADES ARGUMENTATIVAS DA NOVA ESFERA PÚBLICA .....</b>	<b>121</b>
O ceticismo quanto à argumentação .....	122
Pode-se prescindir da argumentação numa democracia? .....	126
Visibilidade versus argumentação .....	129
Possibilidades argumentativas da esfera pública .....	131

<b>3. A PUBLICIDADE SOCIAL E OS DOIS SENTIDOS</b>	
<b>DA EXPRESSÃO "ESFERA PÚBLICA" .....</b>	<b>133</b>
<b>4. ESFERA DO DEBATE PÚBLICO E COMUNICAÇÃO DE MASSA .....</b>	<b>139</b>
O que é mesmo esfera do debate público? .....	139
O que é mesmo esfera de visibilidade pública? .....	143
Os modos de relação entre esfera pública e cena pública .....	147
<b>5. ESFERA DE VISIBILIDADE PÚBLICA E COMUNICAÇÃO DE MASSA .....</b>	<b>155</b>
<b>PARTE II</b>	
<b>DELIBERAÇÃO PÚBLICA E CAPITAL SOCIAL .....</b>	<b>163</b>
<b>4. VISIBILIDADE MIDIÁTICA E DELIBERAÇÃO PÚBLICA</b>	
Rousiley C. M. Maia .....	165
<b>1. CONCEPÇÃO DELIBERATIVA DE DEMOCRACIA E MÍDIA .....</b>	<b>165</b>
<b>2. O VALOR DA PUBLICIDADE .....</b>	<b>165</b>
<b>3. VISIBILIDADE MIDIÁTICA .....</b>	<b>171</b>
<b>4. PODE A MÍDIA FUNCIONAR COMO FÓRUM PARA O DEBATE PLURALISTA? .....</b>	<b>174</b>
<b>5. PÚBLICOS FORTES E PÚBLICOS FRACOS .....</b>	<b>179</b>
<b>6. DAS DESIGUALDADES DELIBERATIVAS .....</b>	<b>182</b>
<b>7. OS PÚBLICOS FRACOS NO ESPAÇO MIDIÁTICO DE VISIBILIDADE .....</b>	<b>185</b>
<b>8. EFEITOS DOS DISCURSOS DOS ATORES COLETIVOS CRÍTICOS .....</b>	<b>188</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>192</b>
<b>5. CONVERSAÇÃO COTIDIANA E DELIBERAÇÃO</b>	
Rousiley C. M. Maia .....	195
<b>1. RELAÇÕES ENTRE A ESFERA PÚBLICA, OS MEDIA</b>	
<b>E A CONVERSAÇÃO COTIDIANA .....</b>	<b>199</b>
<b>2. A CONVERSAÇÃO CÍVICA NOS ESPAÇOS PRIVADOS .....</b>	<b>202</b>
Reformulação e Reconcetualização .....	205
Auto-expressão e compartilhamento de testemunho e de experiências .....	208
<b>3. VISIBILIDADE DE CAUSAS CÍVICAS: A INSERÇÃO</b>	
<b>DE NOVOS PONTOS DE VISTA, RAZÕES E DEMANDAS PARA O DEBATE .....</b>	<b>213</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>217</b>

8

6. CAPITAL SOCIAL, DEMOCRACIA E TELEVISÃO EM ROBERT PUTNAM	
Wilson Gomes .....	221
1. O CONCEITO DE CAPITAL SOCIAL .....	222
2. CAPITAL SOCIAL E ENGAJAMENTO CÍVICO .....	226
3. O DECLÍNIO DO CAPITAL SOCIAL .....	231
4. A DEMOCRACIA NUM MEIO AMBIENTE SOCIAL POBRE EM CAPITAL SOCIAL ...	239
5. TOCQUEVILLE NÃO VIA TV: A TELEVISÃO CONTRA A DEMOCRACIA .....	245
6. CONTRA PUTNAM .....	254
Michael Schudson: e se a vida cívica não tiver morrido? .....	255
Pippa Norris: O que é mesmo televisão? .....	259
Eric Uslaner: a hipótese do efeito negativo zero da televisão .....	260
Dhavan Shah: contra o efeito unidirecionalmente negativo .....	263
7. A POLÍTICA E A DEMOCRACIA NUM MUNDO COM TELEVISÃO .....	265

**PARTE III****INTERNET E DEMOCRACIA .....** 275

7. DEMOCRACIA E A INTERNET COMO ESFERA PÚBLICA VIRTUAL: APROXIMAÇÃO ÀS CONDIÇÕES DA DELIBERAÇÃO	
Rousiley C. M. Maia .....	277
1. É A INTERNET UM INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO? .....	277
2. ESFERA PÚBLICA E DEMOCRACIA .....	279
3. A TOPOGRAFIA DA INTERNET E AS CONDIÇÕES DE UNIVERSALIZAÇÃO .....	283
4. APROXIMAÇÃO ÀS CONDIÇÕES DE RACIONALIDADE E DE NÃO COERÇÃO .....	293
5. APROXIMAÇÃO ÀS CONDIÇÕES DE RECIPROCIDADE: AS DIFERENTES DIMENSÕES DA DELIBERAÇÃO .....	294
8. INTERNET E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	
Wilson Gomes .....	293
1. O PROBLEMA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA .....	294
2. DAS RAZÕES DO DEFICIT DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA .....	299

9

3. O QUE A INTERNET PODE FAZER PELA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA? .....	302
4. A PERSPECTIVA DOS CRÍTICOS .....	313
5. PARA CONCLUIR .....	324
9. REDES CÍVICAS E INTERNET: EFEITOS DEMOCRÁTICOS DO ASSOCIATIVISMO	
Rousiley C. M. Maia .....	327
DO COMPLEXO DE CONTEÚDOS AO AMBIENTE DE INTERCONEXÃO: O USO DA INTERNET PELOS CIDADÃOS PELAS ORGANIZAÇÕES CÍVICAS .....	329
DAS DIFERENTES ASSOCIAÇÕES E SEUS EFEITOS DEMOCRÁTICOS .....	334
a) Interpretação de interesses e construção de identidade coletiva .....	337
b) Constituição de esfera pública .....	340
c) Ativismo político, embates institucionais e partilha de poder .....	343
d) Supervisão e processos de prestação de contas .....	345
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	346

[Illegible text from the left page]

[Illegible text from the left page]

**E**ste livro trata das relações entre a comunicação de massa e os processos políticos democráticos. Essas relações, já examinadas recentemente, no panorama internacional, por um considerável número de autores (p. ex. Keane, 1991; Gunther e Mughan, 2000; Putnam, 2000; Street, 2001), não vêm sendo apropriadamente consideradas pela literatura brasileira sobre comunicação e política. Mesmo no âmbito internacional, contudo, frequentemente não se passa de certos tópicos considerados auto-evidentes: os meios de massa são vistos como o meio ambiente fundamental da comunicação política, a qual se dirige do centro à periferia do sistema político, como facilitadores ou perturbadores do acesso dos cidadãos à informação política necessária para a sua participação cívica, como fiadores das liberdades políticas da cidadania em face das pressões e contrapressões de governos e corporações, como constrangimento que conduz à *accountability* pública dos governos (Chondroleou, 2002).

No Brasil, o centro de atenção das pesquisas de comunicação e política esteve historicamente localizado nas questões relacionadas

PREFÁCIO



aos estudos conhecidos como “mídia e eleições” (análise de campanhas políticas e da cobertura jornalística dos episódios eleitorais, estudo dos efeitos da comunicação em eleições, estudo da política de imagem e da disputa pela opinião pública nas competições eleitorais) e à teorização sobre a interface entre comunicação e política. Ultimamente, as questões relacionadas às ligações entre política e novos meios de comunicação, particularmente a internet, vêm atraindo muitos pesquisadores, sobretudo os mais jovens. Salvo poucas exceções, problemas atinentes à comunicação e à democracia nunca receberam a devida atenção.

Não que tenha existido interesse em questões relacionadas à teoria democrática e à sua incidência sobre os fenômenos da comunicação ou da comunicação e da política. Afinal, a especialidade da comunicação e da política no Brasil nasce justamente no período da redemocratização do país, e os seus pesquisadores sempre acompanharam com grande atenção a revalorização da opinião pública e da pluralidade da expressão política nos meios de massa, bem como o papel de vigilância sobre o sistema político exercido pelas indústrias da informação, para verificar a sua incidência numa democracia que se restaurava. É que as questões especificamente relacionadas à democracia pareciam “embutidas” naquelas atinentes à interface entre comunicação e política, haja vista que a política considerada era, ao fim e ao cabo, aquela situada em ambiente democrático.

Outra limitação no tratamento habitual do tema “comunicação e democracia” consiste, freqüentemente, numa abordagem pouco cuidadosa no que se refere ao segundo termo da relação. Todo mundo sabe o que é democracia, ainda mais depois que o século XX expandiu as práticas e os imaginários dos sistemas democráticos ao seu limite histórico máximo. Mas o inegável *consensus gentium* obtido é satisfatório apenas se ficarmos no nível das práticas políticas, às quais ele fornece um ingrediente indispensável para adesão dos espíritos e, portanto, para ao menos dificultar a tentação das alternativas autocráticas. No âmbito da pesquisa, contudo, apenas ultrapassamos a soleira do que é básico, o consenso explode.

Historicamente, há praticamente um modelo ou, no mínimo, uma versão da democracia para cada filosofia política digna deste nome, pelo menos desde a Idade Moderna. Ainda mais nas últimas décadas, quando a metafísica dominante das teorias econômicas da democracia foi desafiada, externamente, pela assim chamada *democracia participativa*, e, internamente, pelo paradigma liberal-pluralista ou neopluralismo, por exemplo. O diagnóstico da então designada “crise da democracia liberal”, com os típicos movimentos que o acompanham — o inventário de perdas e a proposição de novas arquiteturas institucionais — gerou uma enorme pluralidade de linhas de força em teoria democrática. Isso implicou um novo realinhamento no nível das macroteorias ou modelos (tradição liberal, tradição republicana e, ultimamente, o modelo de democracia deliberativa, para ficarmos no padrão de contraposições mais freqüentado), assim como na geração de versões, releituras (neopluralismo, neomarxismo, neoliberalismo, neo-elitismo) e alternativas (ex. John Rawls, Chantal Mouffe e Jürgen Habermas) referidas às macroteorias ou na produção de confluências entre elas (Hirst, 1990; Skocpol, 1985; Gray, 1995; Held, 1987; Mouffe, 2000; Rawls, 1993; Habermas, 1992).

Cada uma dessas linhas de força traz consigo o seu específico patrimônio de questões e de pressupostos e a sua própria agenda. A abordagem da tradição liberal, por exemplo, mantém, como centro das suas preocupações, a autonomia privada dos cidadãos, de forma que a sua agenda inclui a proposta, o reforço e a defesa de uma arquitetura institucional destinada a assegurar as liberdades igualitárias dos cidadãos privados, materializada na proteção dos direitos dos cidadãos, na igualdade de acesso à justiça, nos meios normativos que protegem os indivíduos da tirania e do autoritarismo do Estado etc. Nesse horizonte, os problemas concernentes ao tema “comunicação e democracia” dizem, sobretudo, respeito ao papel dos meios de massa no que tange aos direitos e às liberdades dos indivíduos. Esse papel se cumpre com a garantia dos direitos de expressão, com a consolidação da liberdade e da pluralidade de opiniões, com a função de vigilância constante e hostil contra os “governos invisíveis”.

veis” e contra a tendência de uso patrimonialista do Estado, pelo constrangimento exercido sobre os poderes públicos para forçá-los à transparência e à prestação de contas, pela proteção do indivíduo, por meio da extensa visibilidade pública mediada pelos meios de massa, contra os arbítrios privados e públicos, enfim, pela defesa intransigente das liberdades e da igualdade de todos no interior da comunidade política. Assumidos os sensores liberais como radares para identificação de questões atinentes ao tema “comunicação e democracia”, só poderemos reconhecer problemas relacionados a alguma falha da comunicação (por algum defeito interno do sistema da comunicação social ou por algum desvio de origem exógena) no cumprimento do seu papel no que tange a direitos e a liberdades dos indivíduos privados, e aos seus negócios públicos.

A tradição republicana, por sua vez, preocupa-se com a cidadania, entendida como a inscrição fundamental na comunidade política. A questão básica para essa tradição é como fazer com que a dimensão civil da sociedade recupere e assegure o controle sobre o Estado, entendido como comunidade política, como coisa, realmente, pública. Mais que as liberdades *negativas* dos indivíduos (a liberdade entendida como ausência de constrangimentos ou como a imunidade de coação externa), que fazem parte da agenda liberal-democrata, ao republicanismo preocupa os direitos igualitários e as oportunidades concretas de participação política e de engajamento na vida coletiva por parte da esfera civil, seja nos assuntos de interesse coletivo, mas de alcance da comunidade local, seja nos negócios públicos, cujo alcance afeta e obriga a toda a comunidade política.

Problemas de relacionados ao tema “comunicação e democracia” aqui se prendem, principalmente, ao favorecimento ou à criação de dificuldades à participação política pelas instituições, linguagens e meios da comunicação de massa. Antes de tudo, há as questões relacionadas ao *ethos* comunitarista, isto é, ao sistema culturalmente compartilhado de atitudes, valores e representações. O *ethos* adequado à experiência democrática é aquele que favorece a existência de cidadãos preocupados com a vida pública, engajados na formulação de questões e nas resoluções de problemas relaciona-

dos à comunidade política (no nível micro, da comunidade local, ou macro, do Estado); politicamente ativos, envolvidos em redes de interações sociais que findam por formar linhas de interlocução e/ou defesa em face das corporações ou da autoridade, dotados de habilidades e de competências cívicas (atenção com o bem comum e preocupação com a justiça; tolerância com o ponto de vista dos outros; capacidade de argumentação em coletividades; respeito às leis; respeito ao direito dos outros), detentores de alta cota de capital social (confiança nos outros, sentido de reciprocidade, normas de cooperação).

Em segundo lugar, temos as questões relacionadas aos meios e às oportunidades de engajamento cívico e de participação política. Nesse quadro, há problemas de comunicação quando falhas impedem que a comunicação de massa cumpra o seu papel com relação à formação e ao reforço do *ethos* cívico e ao favorecimento da participação política. Aqui há uma lista já relativamente grande que compõe o inventário de *deficits* democráticos da comunicação de massa contemporânea: competição pelo tempo livre que, de outro modo, seria destinado à participação e ao engajamento, deficiência no provimento de informação política qualificada para facilitar a participação, indução, por meio de uma cobertura cínica das atividades políticas, de representações da política que levam à apatia e ao desengajamento. Ao lado disso, há, também, os elogios, repartidos desigualmente entre os meios tradicionais de massa e os novos meios de comunicação, coroados de promessa de um mundo novo para a participação política e para a extensão da cidadania. O elogio apóia-se principalmente na idéia de um provimento adequado de novos canais de participação política, de produção, pela própria esfera civil, da informação política necessária à formação de um *ethos* comunitarista, e, enfim, de constituição de redes que atravessam e unem o corpo civil da sociedade, sem a mediação dos meios de massa ou da classe política.

O deliberacionismo é o caçula da tríade, tendo entrado decisivamente no mercado de idéias apenas quando já avançavam os anos 90. Assumiu o seu espaço, cravando-se entre os modelos libe-

rais e republicanos, cuja contraposição havia dominado o cenário da teoria democrática nos vinte anos precedentes. Nos primeiros anos do século XXI, já é reconhecido como a principal novidade no contexto das teorias da democracia, sendo então submetido a uma enorme carga de críticas, revisões, reforços e suplementações. Tem fortes inspirações republicanas, a que se soma uma ancoragem fundamental em algumas intenções de pensamento kantianas (principalmente a idéia de razão pública) e iluministas, mas pretende “corrigir” o incorrigível idealismo do republicanismo com aquilo que, para uns, é uma saudável dose de realismo e, para outros, uma resignação à democracia liberal.

Para o modelo de democracia discursiva – ou, para empregarmos aquela que vem se tornando a formulação-padrão: “democracia deliberativa” – o centro de atenção democrática deve ser a existência de uma arena discursiva que funciona como esfera intermediária entre o Estado e a sociedade. Essa arena há de existir, porque é a concretização do pressuposto que está no coração do deliberacionismo, a saber, de que os cidadãos devem ter a capacidade e a oportunidade de deliberar racional e publicamente sobre as decisões coletivas que os afetam e importam. Em lugar da acomodação entre interesses divergentes, mediante negociação e compromisso, os deliberacionistas acreditam que o meio fundamental para a produção de decisões políticas legítimas é o debate razoável. Em lugar de uma produção exclusivamente privada de decisões, como nas democracias eleitorais, a práxis coletiva da troca pública de argumentos.

A rigor, a idéia de que deliberação pública deve ser o procedimento básico para a formação da opinião e da vontade política é um agregador suficientemente forte para permitir o reconhecimento da democracia deliberativa como corrente importante da democracia liberal, mas não o bastante para impedir uma diversidade interna de tendências e auto-interpretações. De forma que podemos identificar uma tendência ainda ancorada no macromodelo liberal (John Rawls, Amy Gutmann, Dennis Thompson, por exemplo), que acredita poder reformar certos aspectos do paradigma liberal mediante a adoção da perspectiva deliberacionista. Outra tendência

(Jürgen Habermas, James Bohman, John Dryzek, Seyla Benhabib) por sua vez, apóia-se, em diferentes graus de distanciamento e de engajamento retórico, na plataforma da democracia radical, indo buscar numa perspectiva inspirada em Marx e na Escola de Frankfurt o que os outros encontram em Locke e em seus seguidores. E mesmo no interior deste último grupo, enquanto a escola de Habermas tem um ponto de partida republicano e pressupõe e assimila um conjunto de preocupações liberais ao seu modelo, outros (John Dryzek, Nancy Fraser) têm fortes intenções polêmicas em face da democracia liberal (Silva, 2004, p. 3).

A prescindir das suas clivagens internas, o endereço deliberacionista em teoria democrática considera que a legitimidade de um Estado democrático depende em grande parte do modo como o centro produtor de decisão política se relaciona e se vincula ao corpo da sociedade civil. Não vamos entrar, aqui, na questão sobre se o centro do sistema político deve ser ocupado diretamente pela esfera civil, como no ideal de democracia direta, ou se por representantes autorizados. Quem quer que decida, deve fazê-lo levando em consideração os fluxos de comunicação circulantes em arenas discursivas públicas, por meio das quais os problemas sociais são percebidos, formulados e discutidos, e questões sobre o estado da *res publica* são enunciados e examinados. Essas arenas discursivas, cujo sistema materializa a esfera pública política, são a condição social básica para a formação de uma opinião pública política formulada coletivamente e testada por meio de procedimentos argumentativos abertos, que refletem os interesses e preferências representados no corpo da sociedade.

Assim, uma arquitetura institucional capaz de dar conta das preocupações do paradigma deliberacionista haveria de assegurar, de um lado, todos os instrumentos e todas as oportunidades para a formação e intensificação de arenas discursivas, no coração da esfera civil e às margens do sistema político, e, de outro, que o conjunto de instâncias que formam a esfera de decisão política do Estado sejam levadas a assimilar os insumos de críticas, a formulação de agenda e a proposição de políticas e normas provenientes da esfera pública

política. Nesse quadro, o papel básico da comunicação de massa consiste em (a) integrar-se, favoravelmente, na constituição de uma esfera pública política forte, extensa, efetiva, definitivamente arraigada na esfera civil, (b) abrir brechas na guarda do sistema político que permitam nela a entrada da vontade e da opinião públicas. Em suma, os meios de massa têm aqui uma dupla tarefa e uma dupla agenda, (1) como conjunto de oportunidades para a existência de uma esfera pública qualificada (constituição da esfera pública) e (2) como conjunto de instrumentos para que a esfera pública se faça valer nas esferas da decisão política (governo da opinião pública) (Habermas, 2006, p. 415-6).

A *função de constituição* de esfera pública cumpre-se de muitos modos. O modelo instrumental básico foi empregado, por exemplo, às origens das revoluções burguesas, na forma de uma competição argumentativa entre jornais. Naquele caso, cada jornal representava uma posição numa discussão pública e o debate que se realizava por esse meio constituía uma arena discursiva com grande visibilidade pública. O modelo que pode ser empregado hoje ainda está em discussão e será em grande parte objeto deste livro. De qualquer modo, espera-se que a comunicação de massa contemporânea alargue a esfera pública, intensifique a visibilidade ao mesmo tempo em que preserve níveis pregnantes de debate público, proporcione informação política qualificada para a comunicação pública, colabore na mobilização ou na formatação de questões sociais relevantes no e para o debate público, possibilite que tais questões sejam processadas, mediante argumentos apropriados, na forma de discussões sob o olhar público, contribua para gerar posições e opiniões políticas públicas racionalmente motivadas. A *função de governo da opinião pública* (*gouvernement by public opinion*), menos caracterizada nessa literatura, parece poder ser exercida pela influência sobre as agendas do sistema político e, conseqüentemente, por meio da influência na produção de políticas e normas em conformidade com a agenda da discussão pública.

Nessa perspectiva, os problemas relacionados ao tema “comunicação e democracia” estão todos ligados a esses dois aspectos. A

comunicação pode falhar na sua contribuição para a *constituição de uma esfera pública atuante* de muitos modos: uns reais e outros decorrentes de defeitos de interpretação dos fatos. Tanto assim, que se formou um corpo de literatura dedicada a resenhar o modo histórico com que os meios de massa teriam falhado com a esfera pública; um corpo de literatura e de problemas que será objeto específico de alguns capítulos deste livro. Ademais, a literatura especializada registra muitas interpretações controversas sobre a natureza e a qualidade da contribuição dos meios de massa para a deliberação pública democrática. Duas questões têm merecido particular relevo: (a) o problema relacionado à qualidade argumentativa da esfera pública mediada pelos meios de massa: os meios de massa fazem parte de grandes indústrias provedoras, ao mesmo tempo, de informação e de entretenimento. Este fato não seria de princípio incompatível com demandas de trocas de razões políticas públicas, típicas de um modelo de democracia apoiado em debates públicos racionais? (b) o problema relacionado à representatividade das posições no debate público midiático: os debates mediados pelos meios de massa poderiam ou podem, de fato, dar voz à pluralidade e à autenticidade dos interesses, vontades e posições sociais representados no corpo da sociedade civil?

Por fim, no que se refere à *efetividade da esfera pública sobre o sistema político*, as indagações ganham a forma de um problema relacionado à autonomia da comunicação industrial de massa diante da esfera civil. Nesse caso, a influência inegável dos meios de massa e da sua opinião publicada sobre o sistema político pode ser creditada efetivamente como influência da esfera pública sobre a esfera da decisão política ou simplesmente como a influência do campo profissional do jornalismo e da indústria da informação?

A cada uma dessas funções dos meios de massa consideradas típicas no sistema democrático deve corresponder uma agenda de pesquisa. Alguns de nós têm assumido, sobretudo, aquela que podemos chamar de “agenda um” da pesquisa em comunicação e democracia deliberativa, a saber, aquela que se ocupa do papel da

comunicação de massa na configuração das arenas discursivas contemporâneas. A “agenda dois” de pesquisa, que se ocuparia com a efetividade da deliberação pública no exercício de influência sobre o centro do sistema político, é basicamente um projeto, embora tenha recebido recentemente um conjunto de sugestões fecundas com o interesse demonstrado pela democracia deliberativa pelos estudos dos *media effect*, principalmente pelas pesquisas de *agenda setting* e *framing* (Habermas, 2006).

\*\*\*

Como vemos, uma discussão conseqüente sobre os problemas oriundos da interface entre comunicação e democracia não pode desconhecer o estado da discussão sobre teoria democrática. Este livro lida com alguns problemas que emergem da interface entre comunicação e democracia, principalmente com aqueles que emergem de perspectivas republicana e deliberacionista, que constituem a inflexão mais à esquerda na tríade dos principais paradigmas contemporâneos de teoria democrática. São típicos da tradição republicana, por exemplo, os problemas relacionados à participação política, às redes cívicas e ao capital social, de que tratamos, respectivamente nos capítulos 8, 9 e 6 deste livro.

A maior parte do livro se ocupa, entretanto, de questões de comunicação e democracia decorrentes da abordagem deliberacionista. Este é quase certamente o primeiro livro brasileiro, e um dos poucos na literatura internacional, a enfrentar diretamente a “agenda um” da pesquisa sobre comunicação e democracia deliberativa. As pesquisas aqui reunidas são o resultado de praticamente uma década de atenção aos fenômenos relacionados às possibilidades e aos limites da idéia de esfera pública política, às relações inevitáveis que o modo de vida contemporâneo estabelece entre as arenas discursivas, a comunicação de massa e os novos meios de comunicação, e à natureza e à propriedades da deliberação pública mediada pela comunicação. Problemas típicos da “agenda um”, na perspectiva deliberacionista, são, por exemplo, o problema da existência, possibilidades e alcance da esfera pública, a questão da

natureza da esfera pública mediada, as indagações acerca do engate entre a deliberação pública e a visibilidade pública dependente dos meios de massa, o problema das relações entre a deliberação pública mediada e a conversação civil. Questões tratadas respectivamente nos capítulos 1, 2, 3, 4, 5 e 7.

O livro se organiza em três partes. Na primeira, o debate sobre o conceito e a experiência da esfera pública é revisitado. A noção de esfera pública representa o berço da noção de democracia deliberativa, ao qual se somam os aportes provenientes da idéia kantiana de razão pública, da idéia habermasiana de razão comunicativa e dos pressupostos de Apel e Habermas sobre a ética discursiva. Por isso mesmo, é fundamental voltar à elaboração habermasiana da esfera pública, submetendo-a a um tratamento conceitualmente cuidadoso, crítico e ao par com a literatura internacional que preenche os trinta anos que separam uma obra da outra e os quarenta e cinco anos que nos separam de *Mudança estrutural*. Os capítulos da segunda parte do livro exploram as interfaces entre a democracia, o alcance e a validade da noção de deliberação pública e os problemas diversos de interação social e de participação política, tendo como centro o fenômeno da comunicação de massa. Nesse sentido, considera alguns problemas e algumas perspectivas centrais do debate contemporâneo sobre comunicação e modelos de democracia. A terceira parte explora as categorias formuladas na segunda sob a perspectiva dos novos meios digitais de comunicação, mormente a internet. Nesse caso, mais do que a atualidade do debate, o que se destaca é a atualidade do campo de aplicação das perspectivas desenhadas nas partes anteriores.

O primeiro e o segundo capítulos consideram o sentido, o alcance e a validade do conceito de esfera pública política, como formulado por Jürgen Habermas em *Mudança estrutural da esfera pública* e retomado em *Direito e democracia*.

O terceiro representa uma tentativa de elaboração posterior da noção de esfera pública e da sua aplicação a uma sociedade centrada nos meios massa, mas a partir da moldura conceitual que emergiu da revisão das obras de Habermas nos capítulos anteriores.

O propósito principal é o de examinar as chances reais da esfera pública política, garantia da democracia moderna, em face da cena política contemporânea, quase integralmente midiática e, portanto, organizada segundo as lógicas próprias da visibilidade controlada pelos meios de massa e dependente do seu sistema de funcionamento. Procura-se, aqui, sustentar a possibilidade de convivência entre uma esfera argumentativa coerente, razoável e aberta, e uma visibilidade pública política controlada pelas indústrias do entretenimento e da informação.

O quarto capítulo explora distintos graus de autonomia dos profissionais da comunicação para configurar a visibilidade midiática e promover a mediação de debates públicos. Parte-se do suposto que os agentes midiáticos podem tanto mobilizar questões políticas relevantes, as informações requeridas e as contribuições apropriadas para um debate público eficaz, quanto podem ignorar questões importantes, banalizar ou distorcer informações, deslegitimar a voz de certos atores, enquanto advogam em benefício de outros. Argumenta-se que as teorias do pluralismo ou do neopluralismo democrático são relevantes para tratar a complexa relação que os meios de massa estabelecem com o ambiente político, mas que elas são insuficientes para lidar com as assimetrias de recursos, oportunidades e competências de diferentes atores para ingressar no ambiente midiático e para engajar-se na comunicação pública. Sustenta-se que as teorias deliberacionistas, ao enfatizar os efeitos da troca pública de razões, abrem um novo quadro para analisar as condições correntes de desigualdades e o papel que os meios de massa desempenham na promoção da deliberação pública nas sociedades complexas.

O quinto capítulo tem o propósito de explicitar as relações que os meios de massa estabelecem com diferentes arenas discursivas do chamado sistema deliberativo, com particular atenção à esfera cívica. Busca-se apontar não apenas a conexão entre as discussões em ambientes privados e públicos, mas também que os efeitos decorrentes daí são vitais à democracia. Exploram-se, por um lado, os usos que os cidadãos fazem dos produtos midiáticos em suas conversações nos domínios da vida cotidiana, no que diz respeito à

reformulação ou à reconceitualização das questões políticas; à auto-expressão e ao compartilhamento de testemunhos e de experiências. Investigam-se, por outro, as oportunidades e os obstáculos que atores coletivos da sociedade civil encontram para dar visibilidade aos seus pontos de vista, seus argumentos ou suas preocupações no ambiente midiático, e sustentar ou não o debate público.

O sexto capítulo examina a relação entre capital social, democracia e televisão, na obra de Robert D. Putnam e na sua recepção crítica. O conceito de capital social é hoje palavra-chave importante para quem pesquisa temas como “movimentos sociais”, “sociedade civil”, “ação coletiva” e “democracia participativa”. Robert D. Putnam é considerado uma referência fundamental nesse ambiente de pesquisa e a sua noção de capital social (referindo-se a redes de interação social, à confiança e a normas de reciprocidade) vem sendo discutida e explorada fecundamente no quadro do comunitarismo. A tese que Putnam colocou em circulação atesta: a) que o capital social está em declínio nas sociedades contemporâneas – notadamente naquela americana, que ele descreve, à luz de Tocqueville, como constituída estruturalmente por meio de redes sociais – porque há três décadas vêm diminuindo todos os índices de participação política e de engajamento cívico; b) dentre as causas do declínio do capital social, destacam-se os meios eletrônicos de comunicação e de lazer, principalmente a televisão. Esse capítulo pretende apresentar a base da argumentação de Putnam, as críticas, em um *corpus* recente de literatura, da sua tese que adversa a televisão à democracia participativa e, por fim, um elogio do fantasma que assombra a democracia “tocquevilleana” de Putnam: as alternativas das práticas políticas destinadas a ambientes pobres em capital social, mas saturados de comunicação de massa.

O sétimo capítulo é uma tentativa de examinar as características da internet como esfera conversacional, a qual pode operar também como esfera pública virtual. Busca-se investigar o modo pelo qual o suporte tecnológico da internet configura, de maneira peculiar, as condições da comunicação e cria modalidades inéditas de interação comunicativa, sem, contudo, associar deterministicamente

tal potencial à revitalização do debate democrático. Parte-se da premissa de que a topografia da rede e o procedimento da interação comunicativa são elementos, simultaneamente, autônomos na sua origem, mas interdependentes no efeito que provocam. Defende-se, assim, que, a fim de apreciar os efeitos democráticos, não se pode perder de vista as regras da deliberação, isto é, as regras de inclusividade, de racionalidade, de não-coerção e de reciprocidade entre os participantes.

O oitavo capítulo trata do tema da participação política na literatura recente sobre os efeitos políticos da internet. O seu propósito é examinar a tese segundo a qual a internet constitui um ambiente de comunicação que tenderia a transformar o padrão atual de baixa participação política por parte da esfera civil nas democracias contemporâneas. Examina os argumentos correntes sobre uma reiterada crise de participação civil nos negócios públicos, acompanhando a hipótese, também corrente, de que os meios de comunicação de massa falharam na sua função de incrementá-la. Em seguida, resenha os argumentos que ressaltam as possibilidades e as oportunidades proporcionadas pela internet para resolver o problema do déficit de participação civil nos assuntos políticos, para então, por fim, mapear os argumentos em contrário, da literatura mais recente, segundo os quais também a internet vem fracassando no seu papel de indutor e promotor de participação política.

O capítulo nove explora como os atores coletivos críticos da sociedade civil se valem dos recursos da internet para alcançar propósitos "potencialmente" democráticos. O interesse aqui é o de distinguir entre diferentes formas de organização, metas e desenhos institucionais de associações cívicas e usos democráticos da internet. Discute-se porque as associações voluntárias e os movimentos sociais podem ser entendidos como mais aptos que os cidadãos comuns, vistos de maneira isolada, para renovar os impulsos democráticos, nos âmbitos do desenvolvimento dos indivíduos, da esfera pública e da política institucional formal. A partir dessa perspectiva, busca-se rever casos empíricos em que as organizações cívicas fazem usos diversos da internet, a fim de gerar efeitos democráticos especí-

ficos, tais como a interpretação de interesses e a construção de identidade coletiva; a constituição de esfera pública; o desenvolvimento de ativismo político, embates institucionais e partilha de poder; o estabelecimento de processos de prestação de contas.

\*\*\*

Os capítulos que compõem este livro nasceram de autores distintos e, na sua maior parte, nasceram separados. Mas não o entendemos como uma coletânea de artigos plurais, nascidos de diferentes ocasiões, coligidos tematicamente. Não se trata de uma mera coletânea e tampouco é uma obra, como se diz, a quatro mãos. Por isso, o leitor merece uma explicação.

Os dois autores têm ponto de partida consideravelmente distintos e a origem do seu percurso de pesquisa sobre comunicação, democracia, esfera pública e deliberação foi consideravelmente distante. Wilson Gomes vem da filosofia e conheceu a obra de Habermas já quando a ética discursiva ocupava o centro das preocupações deste autor, no final dos anos 1980, na Alemanha. A ida a *Mudança estrutural* foi uma decorrência natural de dois fatores: uma forte simpatia pelo pensamento de Habermas e o início de uma carreira de pesquisa que foi levado a trocar a área de filosofia pela de comunicação. Rousiley Maia teve contato com a idéia de esfera pública principalmente durante o seu doutorado em Ciência Política, na Inglaterra, no início dos anos 90. Desde então, dedicou-se a explorar aspectos interligados da comunicação, da formação da opinião pública e da cultura política.

O encontro intelectual dos autores começou depois da metade dos anos 90, quando ambos já haviam escrito os primeiros artigos sobre esfera pública política e meios de massa. Os pontos de contatos se intensificaram desde então, com o estabelecimento de um diálogo constante e fecundo que, via de regra, tinha os encontros anuais do Grupo de Trabalho de Comunicação e Política da Compós como espaço de interlocução fundamental. Nos últimos cinco anos, o diálogo resultou na confluência das agendas de pesquisa, materializada sobretudo na forte interlocução científica, na partilha

da literatura fundamental, com reflexo nas orientações de teses e dissertações. A institucionalização recente de tal confluência, na forma de encontros semestrais dos grupos de pesquisa de Mídia e Esfera Pública (EME), da UFMG, e de Comunicação e Democracia, da UFBA, que culminou com o apoio da Capes na forma de um PROCAD, apenas reforçou o projeto de estender a interlocução à produção de um livro em conjunto sobre temas deliberacionistas e deliberacionista-republicanos de comunicação e democracia.

Com a exceção dos capítulos 2, 5 e 6, todos os outros foram produzidos separadamente e em diferentes momentos durante a última década. Estes três foram escritos especificamente para este livro. Os outros artigos, com exceção dos capítulos 7 e 8, foram profundamente reelaborados para este livro. Alguns foram praticamente reescritos mais de uma vez, ou porque mudamos de opinião a respeito de aspectos específicos, ou porque o estado da pesquisa havia nos superado e precisava ser alcançado, em mais de um aspecto, ou porque a nossa própria interlocução (e a leitura dos textos no conjunto) nos levou a ver de maneira diferente alguns problemas e perspectivas; ou, enfim, a crítica recíproca assim o recomendou. Nesse sentido, a participação dos orientandos e colaboradores dos nossos grupos de pesquisa foi preciosa para o exercício da reescrita dos capítulos.

Um livro nascido dessa forma tem lá as suas peculiaridades. As inevitáveis reiteraões, diversidade de retóricas e estilo, sutis (e nem tão sutis assim) diferenças de ênfase e perspectiva não foram disfarçadas, pelo menos não ao ponto de escapar ao olhar do nosso leitor. Afinal, confluência de interesse e agenda, partilha de um grande número de convicções e hipóteses, múltiplas possibilidades de afinar perspectivas nas nossas próprias arenas argumentativas não existem para produzir homogeneidade tanto de pensamento quanto de estilo de escrita, mas sim avanço da reflexão, amadurecimento conceitual, refinamento dos instrumentos de pesquisa. O atrito de pensamento não é um estorvo nem à cooperação nem à apresentação precisa do argumento, mas condição fundamental para que a reflexão se faça mais refinada e, esperamos, mais aguça-

da. Companheiros, mas distintos, nos caminhos do pensamento. Se conseguimos representar companhia proveitosa e agradável, principalmente aos outros companheiros de viagem que agora se juntam a nós, pelas sendas da comunicação e democracia, caberá aos nossos leitores decidir.

Por fim, um livro é uma atividade que impõe muitos débitos, ainda mais quando a sua feitura, a rigor, atravessa um período tão grande de tempo. Há os débitos gerais da interlocução constante dos colegas da comunicação ou da ciência política nos espaços institucionais de discussão da pesquisa em comunicação e política da Compós, da Intercom, da ANPOCS e, por último, da recém-nascida Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – a Compolítica. Naturalmente, há sempre, ao fundo, os débitos aos familiares e amigos, cuja paciência, generosidade e incentivo sustentam e dão sentido a qualquer atividade de pesquisa. Sempre. Por fim, há aqueles que colaboraram mais proximamente, na revisão de textos e conceitos, principalmente os nossos parceiros imediatos dos nossos grupos de pesquisa. Nesse âmbito, gostaríamos de destacar a revisão e a crítica diligentes de Jamil Marques e Ricardo Fabrino. Por fim, é justo creditar ao CNPq, que nos premiou com sucessivas bolsas de pesquisas e vários auxílios e apoios, e à Capes, principalmente pelo apoio do PROCAD, que nos permitiu avançar na cooperação científica, com as condições financeiras que constituíram as condições fundamentais de pesquisa para a produção deste livro. No mesmo sentido, auxílios da FAPEMIG e da FAPESB representaram apoio indispensável ao nosso trabalho. Por fim, queremos fazer o reconhecimento público de que o Portal de Periódicos da Capes nos ofereceu grande parte dos recursos necessários para a revisão de literatura que sustentou a nossa pesquisa.